

ANO XXIV N. 109 1º/7/2026

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

[Portaria NFTCON n.1, de 25 de junho de 2026](#)

Constitui a Comissão para desfazimento de bens inservíveis do Núcleo do Foro e das Varas do Trabalho de Contagem.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 30/6/2026, p. 9-10)

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

[Portaria n. 138, de 30 de junho de 2026](#)

Constitui as Comissões Permanentes previstas no art. 27, §1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

(DJe/STF 1/7/2025)

[Resolução n. 912, de 26 de junho de 2026](#)

Torna públicas as tabelas de vencimentos, de cargos em comissão e de funções comissionadas do Supremo Tribunal Federal.

(DJe/STF 1/7/2025)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

[Portaria Presidência n. 286, de 26 de junho de 2026](#)

Altera a Portaria Presidência nº 204/2026, que delega aos(às) Conselheiros(as) a supervisão institucional das Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas (PJNP).

(DJe/CNJ 1/7/2026, p. 2)

[Retificação do Edital](#)

Retificação do Edital de Seleção de Magistrados(as) para participação no BERKELEY LAW VISITING SCHOLARS PROGRAM – UNIVERSITY OF CALIFORNIA, BERKELEY.

(DJe/CNJ 1/7/2026, p. 2)

[Resolução n. 687, de 26 de junho de 2026](#)

Dispõe sobre os alvarás para atividade artística de crianças e adolescentes no ambiente digital nas hipóteses do art. 34 do Decreto nº 12.880/2026, com fundamento no art. 149, inciso II, da Lei nº 8.069/1990, e institui o Banco Nacional de Alvarás para Atividade Artística de Crianças e Adolescentes (BNAC).

(DJe/CNJ 1/7/2026, p. 9-17)

[Resolução n. 688, de 30 de junho de 2026](#)

Altera a Resolução CNJ nº 547/2024, para autorizar a inclusão, em execução fiscal já ajuizada, de créditos inscritos em dívida ativa relativos a impostos sobre a propriedade e tributos correlatos, devidos pelo mesmo sujeito passivo e oriundos da mesma relação jurídica de trato sucessivo, mediante pedido incidental da Fazenda Pública, assegurada ao devedor o exercício do contraditório e da ampla defesa.

(DJe/CNJ 1/7/2026, p. 17-18)

[Recomendação n. 170, de 23 de junho de 2026](#)

Regulamenta a Resolução CNJ nº 600/2024, que dispõe sobre a localização de pessoas e bens por oficiais e oficiais de justiça, mediante acesso a sistemas informatizados do Poder Judiciário.

(DJe/CNJ 1/7/2026, p. 18-24)

[Recomendação n. 171, de 26 de junho de 2026](#)

Recomenda às juízas, aos juízes e aos tribunais competentes para processar e julgar execuções fiscais que priorizem a alienação por iniciativa particular, em substituição ao leilão judicial, observadas a publicidade e a transparência do procedimento, nos termos do art. 880 do Código de Processo Civil.

(DJe/CNJ 1/7/2026, p. 25-26)

[Recomendação n. 172, de 26 de junho de 2026](#)

Altera a Recomendação CNJ nº 134/2022, que dispõe sobre o tratamento dos precedentes no Direito brasileiro.

(DJe/CNJ 1/7/2026, p. 26-27)